

BRUNO FAJERSZTAJN

*Mestre em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela
Universidade de São Paulo – USP. Bacharel em Direito pela
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.
Membro do Conselho Deliberativo do Instituto Brasileiro de
Direito Tributário – IBDT. Advogado.*

MULTAS NO DIREITO TRIBUTÁRIO

SÉRIE DOCTRINA TRIBUTÁRIA VOL. XXVIII



IBDT - Instituto Brasileiro de Direito Tributário

QUARTIER LATIN

BRUNO FAJERSZTAJN

Multas no Direito Tributário

São Paulo: Quartier Latin, 2019.

ISBN 85-7674-970-X

1. Direito Tributário. 2. Sanções Tributárias.
3. Multas. I. Título

Editor

Vinícius Vieira

Produção editorial

José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação

Anderson dos Santos Pinto

Revisão gramatical

José Ubiratan Ferraz Bueno

Capa

Anderson dos Santos Pinto

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815;

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: quartierlatin@globo.com

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	11
Apresentação por Elidie Palma Bifano.....	13
Apresentação por João Francisco Bianco.....	17
Prefácio por Ricardo Mariz de Oliveira.....	19

I. INTRODUÇÃO, 29

II. FUNDAMENTAÇÃO, 37

II.1. Sanções	39
II.1.1. Sanções nas ordens normativas sociais e no Direito	39
II.1.2. Direito como ordem social coativa e as sanções jurídicas	42
II.1.3. Sanções, deveres jurídicos e atos ilícitos.....	48
II.1.4. Sanções na estrutura lógica da norma jurídica	52
II.1.5. Sanções e seu papel fundamental na atribuição de eficácia às normas jurídicas	55
II.2. Sanção x coação x coerção.....	58
II.3. Funções das sanções.....	61
II.4. Sanções, responsabilidade e o responsável.....	66
II.5. As multas	71
II.6. O ilícito tributário, as sanções e multas de natureza tributária.....	73
II.6.1. Sanções tributárias não pecuniárias	74
II.6.2. Multas tributárias e outras sanções pecuniárias de natureza tributária	78
II.6.2.1. Função das multas tributárias	79
II.7. Penalidades tributárias: Direito Penal ou Direito Tributário?	86
II.7.1. Análise do tema na “perspectiva da natureza” do ilícito e da respectiva sanção	88
II.7.2. Análise do tema na perspectiva do fundamento das sanções. <i>Ius puniendi</i> x <i>ius tributandi</i>	99
II.7.3. Considerações adicionais sobre as diferenças entre Direito Penal Tributário e Direito Tributário Penal.....	103

II.7.4. Sanções penais e sanções tributárias. Aproximações e distanciamentos.....	112
II.8. Síntese conclusiva acerca da fundamentação das multas tributárias	115

III. REGIME JURÍDICO DAS MULTAS TRIBUTÁRIAS, 117

III.1. Multas tributárias na Constituição Federal	119
III.1.1. Multas tributárias e os direitos e garantias individuais.....	120
III.1.1.a. Igualdade. Breves notas	122
III.1.1.b. Intimidade, inviolabilidade do domicílio, sigilo profissional e bancário. Breves notas.....	125
III.1.1.c. Liberdades: exercício de profissão e atividade econômica. Breves notas.....	128
III.1.1.d. Propriedade privada. Breves considerações	131
III.1.1.e. Garantias: legalidade, proteção judiciária, contraditório, ampla defesa, devido processo legal, estabilidade dos direitos adquiridos e segurança	133
III.1.2. Princípios constitucionais tributários, limitações ao poder de tributar e as multas tributárias.....	144
III.1.3. Normas constitucionais de Direito Penal e as multas tributárias	155
III.1.4. Princípios constitucionais de Direito Administrativo e as multas tributárias	169
III.2. Regime jurídico das multas tributárias no CTN	175
III.2.1. Multa x tributo. Art. 3º do CTN	178
III.2.2. Natureza punitiva das multas tributárias. Pagamento da multa não exclui o dever de pagar o tributo e juros. Art. 157 do CTN	180
III.2.3. Legalidade e multas tributárias. Art. 97 do CTN	184
III.2.4. Multas tributárias, obrigação e crédito tributários. Arts. 113 e 139 do CTN	188
III.2.5. Responsabilidade por multas e culpabilidade. Art. 136 do CTN	191
III.2.6. Responsabilidade pessoal do agente por multas. Art. 137 do CTN	205
III.2.7. Responsabilidade por infrações cometidas por terceiros. Art. 134, parágrafo único, do CTN	211

III. 2.8. Responsabilidade por multas resultantes da prática de atos com excesso de poder ou infração à lei. Art. 135 do CTN.....	215
III. 2.9. Responsabilidade do adquirente de bens, dos sucessores e do cônjuge por multas. Art. 129 a 133 do CTN	220
III.2.10. Constituição do crédito tributário correspondente às multas. Efeito constitutivo do lançamento, vinculação e discricionariedade. Art. 142 do CTN	234
III.2.10.a. Efeitos do lançamento: constitutivo x declaratório x misto.....	235
III.2.10.b. Efeito constitutivo do lançamento das multas tributárias	237
III.2.10.c. Lançamento da multa como ato vinculado x discricionariedade	240
III.2.11. Decadência do direito do Fisco de exigir multas. Art. 150, parágrafo 4º, e 173 do CTN	248
III.2.12. Irretroatividade e retroatividade benigna. Art. 106 do CTN	250
III.2.13. Analogia e dispensa de multas por equidade. Art. 108 do CTN	254
III.2.14. Denúncia espontânea da infração e as multas. Art. 138 do CTN	260
III.2.15. Cobrança de juros de mora sem prejuízo das demais penalidades. Art. 161 do CTN	270
III.2.16. Dispensa de multa em casos de dúvida. <i>In dubio pro reo</i> . Art. 112 do CTN	271
III.2.17. Dispensa de multas por cumprimento das normas infralegais. Art. 100, parágrafo único, do CTN.....	285
III.2.18. Anistia e multas. Art. 175, 180 a 182 do CTN	289
III.3. Classificação das multas tributárias	294
III.3.1. Quanto ao procedimento: multas automáticas e “de ofício” ...	298
III.3.2. Quanto ao tipo de infração cometida	305
III.3.3. Quanto à autonomia: multas dependentes ou isoladas	326
III.3.4. Quanto ao valor: multas fixas e proporcionais	330
III.3.5. Quanto ao comportamento posterior do agente: multas agravadas ou reduzidas	333
III.4. Graduação das multas tributárias	337
III.4.1. Graduação efetuada pela autoridade fiscal e pela autoridade administrativa julgadora	337
III.4.2. Graduação efetuada pelo Poder Judiciário	346

IV. LIMITES À IMPOSIÇÃO DE MULTAS TRIBUTÁRIAS, 359

IV.1. Legalidade e segurança jurídica como limites	362
IV.2. Não confisco	368
IV.2.1. A jurisprudência do STF sobre o caráter confiscatório das multas tributárias.....	378
IV.2.1.1. Ponderações a respeito da jurisprudência do STF sobre o confisco como limite à imposição de multas tributárias	387
IV.3. Proporcionalidade	393
IV.4. Razoabilidade	409
IV.5. <i>Non bis in idem</i>	422
IV.5.1. <i>Bis in idem</i> nas sanções penais e tributárias.....	427
IV.5.2. <i>Bis in idem</i> e concomitância de multas.....	431
IV.6. Culpabilidade como limite.....	437
IV.6.1. Inexistência de conduta culposa na perspectiva do Direito Privado	439
IV.6.2. Excludentes de culpabilidade no Direito Penal e sua aplicação às multas tributárias	441

V. CONCLUSÕES, 451

VI. BIBLIOGRAFIA, 463